



Graduação ( ) Pós-Graduação  
 Artigo completo ( ) Relato de prática ( ) Resumo expandido

**DO CAMPO À CIDADE: desafios e estratégias para a produção e comercialização de produtos de uma associação de mulheres da agricultura familiar**

**Thiago Fernandes**  
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)  
thiago.fernandes@ufr.edu.br

**Lorrana Nathalya Rabelo Braga**  
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)  
lorranabragaa@gmail.com

**RESUMO**

A agricultura familiar exerce papel fundamental na segurança alimentar e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais brasileiras, destacando-se o protagonismo das mulheres nessas atividades. Este estudo teve como objetivo compreender os desafios enfrentados e as estratégias de mitigação adotadas por agricultoras familiares no processo de comercialização e distribuição de seus produtos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem de estudo de caso, tendo como unidade de análise a Associação AMA, localizada na zona rural de Rondonópolis-MT. Para o diagnóstico participativo, foram aplicados questionários semiestruturados, que subsidiaram a construção do diagrama da árvore de problemas e das estratégias de mitigação. Os resultados indicaram que os principais desafios estão associados a fatores estruturais, internos e externos, como escassez de insumos, mudanças climáticas e precariedade das estradas, afetando diretamente a produção e o escoamento. Como resposta, foram sugeridas estratégias como o uso de tecnologias acessíveis, a participação em políticas públicas e a manutenção preditiva. Contudo, persistem barreiras informacionais e subjetivas que dificultam o acesso ao crédito rural. Observou-se também a ausência de ações em redes sociais, evidenciando lacunas na comunicação e visibilidade dos produtos. Conclui-se, portanto, que há necessidade de políticas integradas para fortalecer a agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Empoderamento feminino; agricultura familiar; mercados locais; transporte de produtos; desenvolvimento rural e sustentável.



## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem sido tradicionalmente considerada uma poderosa apoiadora da segurança alimentar da população rural, envolvendo também a agricultura em pequena escala e a participação da família na gestão da terra (Abramovay, 2007). Almeida, Sá e Sant'Anna (2018) acreditam que esse método de fazer as coisas é de grande importância para o direito humano à boa alimentação, pois promove a proximidade do agricultor com a comunidade e defende os sistemas alimentares locais.

No ambiente agrícola, as mulheres têm um papel significativo, além de simplesmente auxiliar na colheita, elas também cuidam de outras responsabilidades, como a gestão e a organização da vida comunitária. Nesse sentido, para Monteiro (2023, p. 11), “o compartilhamento de conhecimento entre mulheres agricultoras promove o estabelecimento da reputação empresarial e cultural da região; logo, esse método de emprego tem suas desvantagens, mas também apresenta novos métodos sustentáveis que promovem autonomia e aceitação social simultaneamente”.

A agroecologia parece ser um método significativo para incentivar a agricultura familiar, promovendo práticas benéficas e ambientalmente responsáveis. Altieri (2017) afirma que a agroecologia possui uma base científica para criar uma agricultura menos dependente de assistência externa, mais resiliente e focada no conhecimento tradicional das comunidades. Esse método tem sido benéfico para mulheres que cultivam juntas, cuidam umas das outras e têm um alto grau de resiliência em seus territórios.

No entanto, a venda de produtos de propriedades familiares apresenta problemas significativos, incluindo a falta de infraestrutura adequada e os altos custos associados ao transporte. Barreto e Ribeiro (2020) afirmam que as más condições das estradas rurais brasileiras afetam mais o escoamento da produção durante as estações chuvosas. Esses problemas são mais graves no estado do Mato Grosso, porque a distância entre as comunidades rurais e os locais de compra é maior. A logística precária está associada ao aumento dos custos de transporte e à falta de acesso aos mercados formais, o que afeta negativamente a renda dos agricultores.

O Ministério da Agricultura (Brasil, 2021) afirma que o Programa Alimentação e Agricultura (PAA) tem tentado reduzir esses obstáculos financiando equipamentos e infraestrutura para pequenos agricultores. No entanto, muitos agricultores ainda não têm acesso a essas ações devido à falta de informação ou assistência técnica. A distribuição de produtos agrícolas pelas famílias em mercados formais, como o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem sido considerada uma abordagem inteligente. Segundo a equipe de Saraiva (2013), essas regras para áreas públicas visam promover pequenos mercados locais e proporcionar aos agricultores uma renda sólida. Elas também fornecem alimentos de qualidade e apoiam a economia local.

Associações e grupos de trabalho dedicados tornaram-se mais prevalentes como formas viáveis de abordar questões na comercialização de produtos. Ramos e Vieira Filho (2023) afirmam que essas organizações promovem maior poder aos agricultores nas negociações, além de terem acesso a mercados mais avançados. Elas também facilitam a criação de grupos de apoio entre colegas. Para as mulheres, a união também tem um efeito no aumento da força. Segundo Butto e Dantas (2011), as regras relativas à organização da produção no campo devem levar em conta as diferenças de gênero, reconhecendo a valorização do trabalho feminino, que muitas vezes não é evidente nas linhas de produção. Essa atenção é crucial para a construção de um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável.

Além disso, o associativismo<sup>1</sup> e o cooperativismo<sup>2</sup> surgem como alternativas para melhorar a comercialização e ampliar o acesso a mercados mais competitivos (Ramos; Vieira Filho, 2023). Diante desse contexto, objetivou-se, com esse estudo, compreender os desafios enfrentados e as estratégias de mitigação desenvolvidas por agricultoras familiares no processo de comercialização e distribuição de seus produtos.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

De acordo com Abramovay (2007), a agricultura familiar possui uma lógica de produção que vai além da economia de mercado, integrando aspectos sociais e culturais. Para os autores Almeida, Sá e Sant'Anna (2018), o setor tem potencial para contribuir para a redução da pobreza rural e a promoção da inclusão social, especialmente através de programas de apoio, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Nos últimos anos, a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tem se mantido expressiva. Em 2024, o setor representou aproximadamente 22% do

---

<sup>1</sup> Entende-se por associativismo a união de pessoas com interesses comuns, visando alcançar objetivos coletivos que seriam difíceis de conquistar individualmente (Ramos; Vieira Filho, 2023).

<sup>2</sup> O cooperativismo é um modelo organizacional baseado na cooperação, na gestão democrática e na repartição dos resultados entre os membros (Vieira, 2023).



PIB, uma leve redução em relação aos 23,5% registrados no ano anterior, reflexo de adversidades climáticas que impactaram a produção agrícola Barreto e Ribeiro (2020).

Neste sentido, Monteiro *et al.* (2023) e demais autores afirmam que, como forma de apoio à agricultura familiar, em especial a desempenhada por mulheres, destaca-se a importância do associativismo para construção efetiva dessa prática. Segundo Ramos e Vieira Filho (2023), o associativismo é uma estratégia fundamental para o fortalecimento da sociedade. A agricultura é um dos pilares da economia brasileira, desempenhando um papel fundamental no crescimento do país, tanto no abastecimento do mercado interno quanto na geração de divisas por meio das exportações. O setor agropecuário tem se consolidado como um dos mais dinâmicos e resilientes da economia nacional, mesmo diante de desafios climáticos e logísticos. Mesmo diante dessa queda, a agricultura segue como um dos motores do desenvolvimento econômico, impulsionando a geração de empregos, a arrecadação de impostos e o crescimento do setor industrial e de serviços associados à produção rural (Corazza; Martinelli Júnior, 2022, p. 12).

Apesar desse cenário, as perspectivas para 2025 indicam uma recuperação expressiva da produção agrícola. Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra poderá atingir um volume recorde de 322,6 milhões de toneladas, representando um crescimento de 10,2% em relação ao ano anterior (IBGE, 2020a). Esse avanço será impulsionado pela expansão da área cultivada, pelo aprimoramento de técnicas agrícolas e por condições climáticas mais favoráveis.

Além do mais, estudiosos como Butto e Dantas (2011) destacam a importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em regiões dominadas pela agricultura de grande escala. Em Mato Grosso, essas políticas têm papel fundamental na inserção dos pequenos produtores em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, a agricultura familiar no Estado enfrenta desafios significativos, incluindo o acesso limitado à terra, crédito e assistência técnica. Para superar essas barreiras, é essencial promover políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e o desenvolvimento rural, considerando as especificidades locais e as potencialidades da agricultura familiar (Moraes; Batista, 2020).

## 2.2 GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS FAMILIARES E A PRESENÇA DA MULHER AGRICULTORA

O propósito da agricultura familiar feminina é supervisionar o trabalho doméstico ou o trabalho no campo, que é invisível. Hoje, muitas mulheres assumem papéis de liderança na gestão de iniciativas rurais, seja em propriedades familiares, associações, cooperativas ou projetos ambientais. Essa iniciativa levou a mudanças significativas nas comunidades rurais, apoiando a economia local e ampliando o leque de inovações sustentáveis. Monteiro (2023) cita em sua obra que as propriedades familiares são produtivas e cuidam dos recursos, além de tomarem decisões importantes e serem organizadas como um coletivo.

Esse papel feminino na liderança rural também está associado ao advento de práticas ambientalmente sustentáveis, à diversificação da produção e à utilização de métodos que aumentam a autonomia econômica. Apesar disso, diversas mulheres lideraram iniciativas dedicadas à agroecologia, à produção natural e ao empreendedorismo social, todas beneficiando a comunidade. Rodrigues e Vieira (2020) salientam que a presença de mulheres na gestão de projetos promove a uniformidade da população no trabalho, facilita ações coletivas e promove maior participação e uma gestão mais resiliente.

Apesar dos ganhos, as mulheres rurais ainda enfrentam diversos problemas, incluindo o acesso limitado a empréstimos, terras, assistência técnica e treinamento específico para cada gênero. Políticas que beneficiem as mulheres rurais são cruciais para superar esses obstáculos e garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens (Santos; Ramiro; Veronezzi, 2020).

De acordo com Butto e Dantas (2011), o empoderamento das mulheres nas áreas rurais exige ações estruturais que reconheçam as preocupações específicas de gênero na agricultura. Essas ações garantirão o reconhecimento das contribuições das mulheres para a gestão rural e fornecerão apoio institucional. Essas ações demonstram o papel crucial das mulheres na agricultura familiar em Mato Grosso e destacam a capacidade da mulher de liderar e criar inovações.

O censo agropecuário do IBGE (2020b) relatou que 19% das propriedades rurais no Brasil eram lideradas por mulheres, a maioria delas localizada no Nordeste (5,7%), seguida pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste (6%). A faixa etária mais comum das produtoras nas áreas rurais era entre 45 e 54 anos; 60% possuíam ensino superior completo e 28%, ensino médio completo. As propriedades rurais administradas por mulheres ocupavam uma área de 30 milhões de hectares, o que representava 8,5% da área total ocupada em 2017.

No estado de Mato Grosso, um projeto significativo: Mulheres Gerando Renda com

Babaçu, liderado por 35 mulheres da Associação Regional de Produtores Agrícolas do Pantanal (ARPEP). O projeto promove o aproveitamento adequado do babaçu, convertendo-o em produtos como óleo e biscoitos; essa iniciativa facilitou a modernização de indústrias agrícolas, a aquisição de máquinas, a criação de viveiros, a instalação de painéis solares, o treinamento de mulheres em comunicação, gestão, manuseio de equipamentos e o desenvolvimento de novos produtos. As participantes participaram de toda a produção, coleta, manuseio e comercialização dos produtos. O resultado foi significativo, pois proporcionou às mulheres participantes uma fonte independente de renda e reconhecimento.

Dito isso, tem-se que o empreendedorismo feminino no país tem sido cada vez mais reconhecido como um catalisador para o avanço econômico e social. Mulheres têm liderado iniciativas que promovem inovação, integração e sustentabilidade, apesar da falta de acesso à terra, crédito e assistência técnica. Rodrigues e Vieira (2020) afirmam que o empreendedorismo de mulheres rurais tem o duplo propósito de gerar renda e aumentar o poder e o apoio das mulheres na comunidade. Logo, essas empreendedoras se especializam em agricultura, artesanato, turismo e produção de alimentos, frequentemente com foco em métodos de produção locais.

### 2.3 GESTÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Entre as maiores preocupações associadas à forma adequada de envio de alimentos da agricultura familiar estão o alto custo do transporte, a falta de acesso a locais para depósito dos produtos e a ausência de leis relevantes de logística que sejam especificamente adaptadas às realidades locais. Essa situação é prejudicial aos agricultores em áreas mais distantes, que se limitam a mercados informais ou de pequena escala.

Como explicam Barreto e Ribeiro (2020), "a falta de regras de gestão logística conjunta e local é responsável pelo estabelecimento de métodos eficazes de transferência da produção para pequenos agricultores, o que encurta o caminho dos pequenos agricultores". Além disso, segundo Faulin e Azevedo (2003), a falta de normas sanitárias e a burocracia extensa podem ser um obstáculo para os agricultores que carecem de assistência técnica, o que pode dificultar o ingresso em programas oficiais como o PNAE e o PAA.

No entanto, esse compartilhamento é possível de diversas maneiras, incluindo a venda direta ao consumidor em feiras livres, a entrega em domicílio ou o fornecimento para grupos, além da participação em programas oficiais como o PNAE e o PAA (Kawakami; Quirino, 2020). As cooperativas têm um papel significativo nesse processo: colaboram no



beneficiamento do produto e na distribuição aos consumidores, além de promover o mercado e garantir o atendimento aos pequenos produtores (Oliveira, 2020). Uma possível solução para aprimorar a logística e abordar essas questões é a criação de centros de distribuição locais, estratégicos por natureza, que sirvam como ponto central para coleta, armazenamento e venda de alimentos da agricultura familiar (Alvarenga; Novaes, 2000).

Esse procedimento reduziria os custos logísticos, simplificaria o atendimento às exigências de saneamento e burocracia e garantiria aos produtores uma vantagem em locais maiores e mais acessíveis. Investimentos em aspectos fundamentais como estradas, transporte refrigerado eficiente e sistemas informatizados de gestão da produção são cruciais para a manutenção dessa produção atual (Diakiese, 2023).

Outro aspecto crítico é a promoção do trabalho em grupo e cooperativo, o que pode ser facilitado por ações governamentais e assistência técnica aos pequenos agricultores. Como explicam Ramos e Vieira Filho (2023), a manutenção da qualidade e a educação continuada dos produtores são cruciais para a melhoria da qualidade dos produtos, a garantia da segurança e a participação em programas governamentais que promovam o poder institucional. Consequentemente, a coordenação entre governo e cooperativas é essencial para viabilizar estratégias logísticas eficazes que levem à rentabilidade e à sustentabilidade da agricultura familiar (Rover; Darolt, 2021).

Consequentemente, para abordar as questões logísticas, são necessárias ações conjuntas com políticas públicas adequadas à realidade local; uma boa organização; capacitação técnica e apoio ao trabalho em equipe. A implementação dessas ideias pode facilitar significativamente a distribuição organizada de alimentos da agricultura familiar, beneficiando diretamente produtores e consumidores, bem como toda a região econômica (Saraiva *et al.*, 2013).

#### 2.4 ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são ações significativas do governo brasileiro que ajudam a promover a agricultura familiar. O PNAE estabelece que pelo menos 30% do dinheiro destinado à alimentação escolar deve ser gasto na compra direta de alimentos de agricultores familiares, o que garantirá um mercado estável e previsível para esses produtores (Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), 2021).

Além disso, o PAA compra alimentos de agricultores familiares para direcioná-los a pessoas em situação de fome, além de fornecer áreas públicas (Saraiva *et al.*, 2013). Para diminuir o risco de acidentes aos agricultores durante o transporte de seus produtos da fazenda para a área urbana, o governo destinou recursos para logística e ações estruturais, como a melhoria de estradas rurais e a criação de centros de distribuição. Além disso, a oportunidade de acessar o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) permite que os produtores evitem dificuldades financeiras causadas por condições climáticas adversas, reduzindo a dificuldade financeira (Oliveira, 2021).

Em muitas áreas rurais do Brasil, particularmente aquelas localizadas longe do Centro-Oeste, o transporte de frutas no campo não é apenas parte da logística: é também uma competição para ver quão longe eles conseguem ir, quanto tempo têm e quanta lama conseguem carregar. As estradas de terra, esburacadas e difíceis de transitar durante as estações chuvosas, fazem com que o escoamento dos produtos seja um desafio diário para os agricultores familiares, o que compromete sua renda e a qualidade de seus alimentos (Barreto; Ribeiro, 2020).

Como resultado, o governo federal iniciou estratégias para reduzir os efeitos, uma delas é o Programa Mais Alimentos, que é um complemento ao empréstimo agrícola típico. Ele financia a compra de caminhões. A empresa criou veículos refrigerados e até triciclos motorizados, o que permitiu que pequenos produtores e seus grupos, tipicamente liderados por mulheres, trilhassem caminhos diferentes diante das dificuldades do território (Paranaíba; Bulhões, 2019).

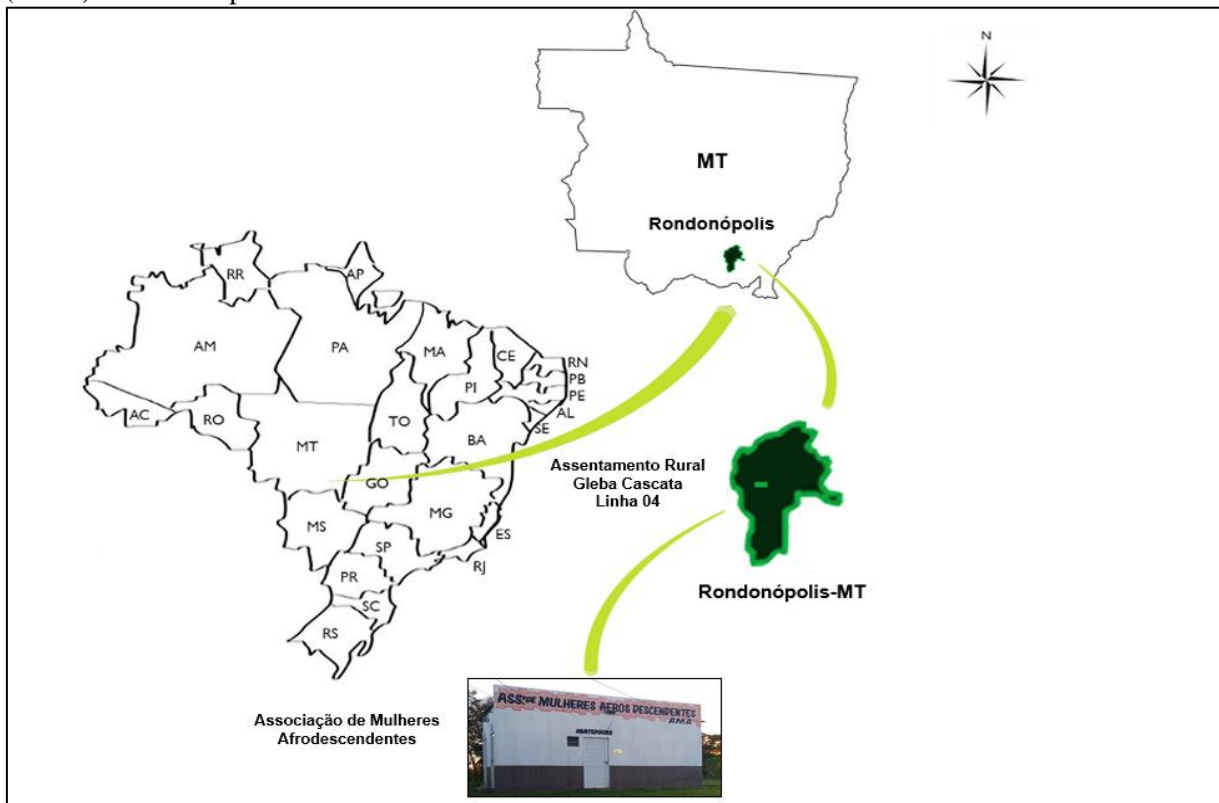
Ao dar mais liberdade ao movimento da produção, essa regra comum não apenas facilita o fluxo, mas também cria uma associação simbólica entre o campo e a cidade, o que valoriza quem produz e garante que o alimento chegue ao consumidor de forma fresca e relevante. Trata-se de um método que superou as barreiras da invisibilidade e da exclusão, o que levou à inclusão da agricultura familiar de base agrícola como uma solução para o crescimento rural sustentável (Paranaíba; Bulhões, 2019).

Para receber o auxílio financeiro, o agricultor deve possuir a Declaração de Elegibilidade ao Pronaf (DAP) ou estar inscrito no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Além disso, deve ser demonstrado um projeto técnico de uma organização que facilite a assistência técnica e a expansão rural, como a Emater. Essas linhas de crédito estão disponíveis apenas para a compra de veículos destinados ao transporte, a fim de reduzir a logística problemática associada à venda dos produtos agrícolas (Motta; Silva, 2012).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada em uma associação composta por mulheres negras residentes no assentamento rural Gleba Cascata, situado no município de Rondonópolis-MT (Figura 1).

**Figura 1:** Localização geográfica da área de estudo - Associação de Mulheres Afrodescendentes (AMA) – Rondonópolis-MT



**Fonte:** Adaptado pelo autor/a (2025).

Trata-se de uma região que apresenta características típicas do interior do estado, como a predominância da agricultura familiar, redes comunitárias bem estruturadas e acesso limitado a serviços públicos essenciais. Localizado a cerca de 20 km do centro urbano, o assentamento é acessado por uma estrada parcialmente pavimentada, o que impõe obstáculos à realização de atividades de ensino e pesquisa na comunidade.

A Associação é formada por Mulheres Negras Agricultoras e Artistas, que se dedicam à produção de alimentos como farinha, colorau, biscoitos e hortaliças. Este coletivo atua como um espaço de promoção da equidade racial e de gênero, organização de atividades educativas, geração de renda e adoção de práticas agroecológicas na produção cotidiana. Conforme apontam Rodrigues e Fonseca (2021), organizações em comunidades rurais desempenham um papel fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais e na valorização da cultura local, especialmente quando lideradas por sujeitos historicamente marginalizados.

Nota-se, assim, que na Fig. 1, a visualização da entrada da associação permite uma leitura do espaço como extensão do protagonismo feminino no meio rural, isto é, mais do que um local de produção, a associação é um espaço de encontro, partilha e fortalecimento das mulheres, muitas vezes responsáveis únicas pelo sustento de suas famílias. Por isso, a escolha desse local foi estratégica para a compreensão das dinâmicas sociais e produtivas da região, que influenciam diretamente as práticas comunitárias e as ações coletivas. Assim, o assentamento foi selecionado por abrigar uma organização de mulheres comprometidas com a agricultura, cujas práticas evidenciam formas de resistência, autonomia e cuidado com o meio ambiente.

### 3.2 TIPO DE PESQUISA E SUAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Trata-se uma pesquisa qualitativa, orientada para a compreensão das opiniões e experiências de mulheres rurais organizadas em coletivo. De acordo com Minayo (2021), a pesquisa qualitativa visa interpretar as transformações nos pensamentos, vivências e significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, sendo especialmente apropriada para estudos que envolvem dimensões culturais, subjetivas e sociais. Essa abordagem permite a observação não apenas de fatos objetivos, mas também de narrativas, emoções e símbolos vinculados às experiências das participantes.

Trata-se, igualmente, de um esforço prático, realizado *'in loco'*, ou seja, no próprio ambiente onde os fenômenos sociais ocorrem naturalmente. Esse aspecto confere maior autenticidade aos dados coletados, na medida em que considera os contextos sociais, geográficos e culturais da comunidade pesquisada.

O método científico adotado foi o estudo de caso, que, conforme Yin (2016), é eficaz para a investigação de eventos contemporâneos, mesmo quando inseridos em contextos complexos e multifacetados. A escolha do estudo de caso possibilitou uma análise mais acentuada das práticas desenvolvidas pela Associação de Mulheres Afrodescendentes. Segundo Gil (2017), essa abordagem permite uma compreensão contextualizada, próxima e abrangente dos fenômenos sociais, o que possibilita identificar relações, etapas e significados que poderiam ser negligenciados em métodos quantitativos.

A combinação entre a abordagem qualitativa, a pesquisa *'in loco'* e o estudo de caso contribuiu significativamente para a robustez analítica do presente estudo. Essa estrutura metodológica revelou-se adequada à complexidade do objeto de estudo, permitindo a coleta de informações relevantes sobre a realidade vivenciada por mulheres agricultoras. Portanto,

tais informações viabilizaram uma análise das formas de organização coletiva, das dificuldades enfrentadas e das estratégias adotadas por essas mulheres para resistir, fortalecer-se e, portanto, conquistar autonomia no meio rural.

### 3.3 CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO LÓCUS DE PESQUISA E ATORES SOCIAIS

A escolha da Associação de Mulheres Afrodescendentes (AMA) como lócus da pesquisa considerou três critérios essenciais, tais como:

*i)* Acessibilidade ao campo de pesquisa; nesse caso, compreendida tanto em termos logísticos quanto institucionais. De fato, a realização do estudo contou com o apoio e acolhimento da liderança comunitária da Associação, o que facilitou o processo de inserção no território e o estabelecimento de relações de confiança com as participantes;

*ii)* Relevância social do grupo investigado; nota-se que a AMA se destaca pelo protagonismo na promoção de práticas voltadas à agricultura sustentável e a economia solidária, voltadas à valorização do trabalho e dos direitos das mulheres do campo;

*iii)* Autorização institucional e apoio à pesquisa; refere-se à legitimidade ética e institucional da investigação. Afirma-se que a pesquisa foi previamente autorizada pela coordenação da Associação, que não apenas permitiu a realização do estudo, como também garantiu suporte às atividades de coleta de dados, incluindo a mobilização das participantes, a cessão de espaços para entrevistas e reuniões, e a mediação com demais membros da comunidade.

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS (ICDS) QUALITATIVOS

Foram utilizados três instrumentos para a coleta de dados: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um questionário semiestruturado, que teve como intuito realizar uma breve caracterização do perfil sociodemográfico das respondentes; um outro questionário sobre *i)* processo social de trabalho; *ii)* desafios enfrentados na produção e comercialização e *iii)* estratégias mitigadoras para enfrentamento e melhorias; e por fim, termo de autorização para uso de imagem no TCC. Os questionários foram elaborados com base em estudos anteriores que utilizaram instrumentos similares aplicados a populações rurais (Silva *et al.*, 2019). Sua estrutura semiestruturada, composta por perguntas abertas e fechadas, foi desenvolvida de forma a ser culturalmente acessível às participantes.

O segundo instrumento (Anexo B), por exemplo, consistiu em diálogos e observação



de campo, utilizando-se de visitas *'in loco'* à Associação e algumas rodas de conversas. Esse método permitiu registrar aspectos não verbalizados ou não diretamente expressos nos questionários, como costumes, práticas de trabalho, interações sociais e dinâmicas coletivas observadas no ambiente.

Conforme destaca Angrosino (2012), a observação é um recurso essencial para a compreensão contextualizada das práticas sociais, pois oferece ao pesquisador a possibilidade de captar os significados atribuídos às ações no cotidiano da comunidade.

Por fim, utilizou-se da construção do diagrama da árvore para materializar os desafios enfrentados por essas associadas quanto a produção e comercialização, isto é, ação participativa em grupo (coletividade), na busca por discutir o problema central de pesquisa com a comunidade e, posteriormente, propor soluções inteligentes e compatíveis com o cenário, com uso da aplicação para materialização da percepção humana.

Dito isso, torna-se importante esclarecer ao leitor que a árvore de problemas é um instrumento simples, fácil de ser empregado e revela vantagens em relação a outras metodologias (Oribe, 2012). Assim, requer reforçar também que, nessa pesquisa, utilizou-se o termo RES - para indicar as respondentes e os números cardinais 01, 02, 03, etc, para caracterizar o indivíduo que expos sua percepção por meio dos instrumentos de pesquisa.

### 3.5 *MODUS OPERANDI* APLICADO PARA COLETAR DADOS E INFORMAÇÕES

A coleta de dados ocorreu por meio de cinco etapas sequenciais, planejadas para garantir a sistematização e o rigor da investigação. Essas etapas estão esquematizadas na Figura 2.

**Figura 2** – Fluxograma das etapas de coleta, organização e análise de dados.



**Fonte:** Elaborado pelo autor/a (2025).

Desta forma, salienta-se que o processo de análise foi prolongado em seis etapas distintas. A primeira etapa consistiu no contato inicial com a liderança da associação, realizado por meio de ligações telefônicas e mensagens via *WhatsApp*.

Essa etapa consistiu em apresentar a proposta da pesquisa, esclarecer sua finalidade e obter o consentimento preliminar para a realização do estudo. Consequente, deu-se início a segunda etapa por meio de uma visita diagnóstica à comunidade, com o intuito de conhecer o território, observar o contexto social e físico do assentamento, e identificar os espaços de atuação da associação.

A terceira etapa correspondeu à aplicação dos questionários semiestruturados às participantes da associação, elaborado para captar informações sociais, produtivas e de melhorias contínuas. Simultaneamente, foram realizadas observações de campo, registradas em caderno próprio, com anotações sobre interações e práticas cotidianas. Essa triangulação metodológica permitiu uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade vivida pelas mulheres da comunidade.

Já na quarta etapa, foi realizada a construção participativa do diagrama da árvore de problemas, instrumento que possibilitou mapear os principais desafios enfrentados pela associação, suas causas e consequências. Por fim, na quinta etapa, os dados obtidos por meio dos questionários, das observações e da construção do diagrama foram organizados e analisados/discutidos à luz dos referenciais teóricos adotados na pesquisa.

### 3.6 PERÍODO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS



A coleta de dados ocorreu entre maio e junho do ano de 2025, sendo analisados qualitativamente com o suporte do programa Microsoft Excel. Foram aplicadas análises descritivas e, quando possível, análises de conteúdo para melhor interpretar os achados científicos.

Segundo o uso de computadores pode ser interessante para a análise de conteúdo, como, por exemplo, quando a unidade de registro é a unidade de codificação for grande (discurso ou artigo), como foi o nosso caso. Por fim, anotou-se três unidades, sendo: *i*) caracterização do perfil dos respondentes; *ii*) identificação dos principais desafios enfrentados; e, por fim, *iii*) alinhamento das melhores estratégias mitigadoras.

### 3.7 ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa foi conduzida em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução n.º 510/2016, em especial o artigo 1º, inciso I, aplicável às Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016) e a aprovação no CEP/UFR, sob o leque do Projeto de Pesquisa Empreter (CAAE: 82517124.6.0000.0126).

## 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 BREVE PERFIL DOS ATORES SOCIAIS RESPONDENTES DA PESQUISA

Como a pesquisa teve como amostra apenas pessoas do gênero feminino, contou, ao todo, com a participação de 5 (cinco) respondentes, inseridas nessa pesquisa com codificação de **P1 a P5**, conforme Figura 3.

**Figura 3:** Registros das participantes (respondentes) da pesquisa



**Fonte:** Da autora (2025) – com permissão de exposição dada e concedida pelas participantes.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que traz uma breve caracterização do perfil sociodemográfico do grupo pesquisado, evidenciando aspectos como faixa etária

predominante, nível de escolaridade, quantidade de filhos, entre outras informações relevantes.

**Tabela 1:** Breve caracterização do perfil sociodemográfico das respondentes

<b>Caracterização do perfil do sujeito</b>	<b>Quantidade percentual absoluta (%)</b>
<b>1. Idade (faixa etária)</b>	100% possuem mais de 40 anos
<b>2. Nível de Escolaridade</b>	60% possuem nível fundamental incompleto 20% possuem nível fundamental completo 20% são não letradas
<b>3. Curso Superior Completo</b>	0% possuem Superior Completo
<b>4. Quantidade de Filhos</b>	10% possuem apenas 1 filho 45% possuem entre 2 a 3 filhos 45% possuem mais de 3 filhos
<b>5. Naturalidade</b>	75% vieram de outras localidades 25% são naturais de Rondonópolis

**Fonte:** Elaborado pelo autor/a (2025).

Para Santos e Marques (2023), citam que “com base na caracterização sociodemográfica dos/das participantes da pesquisa, é possível realizar uma análise crítica e científica que revela importantes achados sobre a realidade vivida por mulheres inseridas em contextos rurais, especialmente na agricultura familiar”. Nota-se também que 100% das respondentes possuem mais de 40 anos, o que evidencia um grupo formado exclusivamente por mulheres maduras.

Esse fator etário é relevante, pois aponta para uma população com ampla experiência prática, mas também pode sinalizar, segundo Silva *et al.* (2017), “um processo de envelhecimento da força de trabalho no campo, o que levanta preocupações quanto à sucessão geracional e à permanência das novas gerações na atividade agrícola”.

No que diz respeito à escolaridade, observa-se um cenário de baixa formação educacional, isto é, 60% das participantes possuem o ensino fundamental incompleto, 20% o concluíram, e 20% se declaram não letradas. Nenhuma das mulheres possui ensino superior completo. Do ponto de vista científico, Silva (2017) e demais autores, afirmam que “essa realidade dialoga com estudos que destacam o papel excludente das estruturas educacionais urbanocêntricas e a urgência de políticas que promovam a educação do campo, de forma contextualizada e inclusiva”.

A composição familiar das participantes também merece atenção, isso porque apenas 10% têm um filho, enquanto 45% têm entre dois e três filhos e outros 45% possuem mais de três filhos. Para Carvalho e Brito (2005), “a alta taxa de fecundidade observada pode ser relacionada a fatores culturais e à limitada oferta de serviços de saúde e planejamento

reprodutivo no meio rural. Segundo Carvalho e Brito (2005), “tal realidade impõe sobre as mulheres a sobrecarga do trabalho reprodutivo, somado às atividades produtivas da agricultura, o que agrava as desigualdades de gênero e limita suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional”.

Outro dado relevante diz respeito à naturalidade das participantes; nesse caso, observou-se que 75% vieram de outras localidades, enquanto apenas 25% são naturais de Rondonópolis-MT. Para Dota (2012, pg. 64), em cenários como este, isto é, quando se apresenta um alto índice de migração, revela uma dinâmica territorial que pode estar associada à busca por melhores condições de vida, acesso à terra, políticas de reassentamento ou deslocamentos forçados.

De modo geral, o perfil construído do grupo social participante dessa pesquisa revela mulheres que, embora enfrente múltiplas vulnerabilidades, tais como baixa escolaridade, alta carga familiar, ausência de formação superior e deslocamentos geográficos, também representa um segmento social com grande potencial de resistência e protagonismo.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO SOCIAL DE TRABALHO - MULHERES AGRICULTORAS DA ASSOCIAÇÃO (AMA)

Esta seção, expõe a caracterização do processo social de trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras vinculadas à Associação AMA; ou seja, busca-se compreender como se estruturam as relações laborais e os papéis desempenhados por elas.

No que se refere ao tempo de vínculo com a associação, observou-se que 100% das respondentes participam da AMA há mais de dois anos, o que evidencia uma relação duradoura com o coletivo. Para Corazza; Martinelli Júnior (2022, p. 15), “estar tanto tempo conectado com o trabalho coletivo revela um sentimento de pertencimento ao grupo e o compromisso com as atividades desenvolvidas, além de sugerir um acúmulo de saberes e práticas relacionados à produção agrícola e ao trabalho associativo”.

Quanto à existência de outras ocupações além do trabalho agrícola, as respostas revelam a multiplicidade de atividades desempenhadas pelas participantes. Logo, observa-se que a fala de [P1] ilustra bem essa diversidade: “*não sou apenas do campo. Produzo milho, mandioca, abóbora, hortaliça, biscoito de polvilho*”, revelando uma atuação multifuncional que combina produção agrícola com a manufatura de alimentos”; já [P2] complementa: “*além dos produtos da associação, eu tiro leite e entrego, vendo ovo caipira para obter mais renda*”; segundo Moraes e Batista (2020), isso evidencia uma estratégia de diversificação para complementar a renda familiar.

Já [P3 e P5] se identificam como aposentadas, mas continuam inseridas na produção artesanal de alimentos, como afirma [P5]: *“sou aposentada e faço só a produção de peta, aquele biscoito de polvilho”*. Por fim, [P4], por sua vez, expressa de forma sintética: *“não sou apenas agricultora”, pois tenho outras tarefas diárias, que envolve atividades domésticas”*.

Quanto à formação e apoio técnico, todas as respondentes relataram já ter participado de cursos, capacitações ou recebido orientações em agricultura ou gestão. Vale destacar a narrativa dada por [P1] que destaca: *“sim, tenho mais de dez certificados de curso da agricultura”*; novamente, Moraes e Batista (2020), citam que isso demonstra não apenas acesso, mas também valorização da qualificação contínua. Já [P3] reforça esse dado, mencionando que: *“participo de encontros que fazem aqui na região, tenho mais de dez certificados”*, enquanto [P2 e P4] apontam experiências mais pontuais.

Por fim, [P5], se sentindo bem à vontade com a pergunta, trouxe um exemplo concreto de apoio recebido; segunda ela, *“uma vez o Sicredi fez uma assembleia e deram alguns itens, e nossa associação ganhou. Eu ganhei, como agricultora, uma máquina de bater peta”*. Logo, embora as oportunidades ainda sejam desiguais, há acesso crescente a iniciativas de formação, fortalecendo a autonomia e a capacidade produtiva das mulheres agricultoras (Monteiro *et al.*, 2023).

A respeito da destinação da produção, os dados revelam uma predominância do caráter comercial, embora o autoconsumo também seja presente. Nota-se que esse achado é confirmado a partir das respostas dados por [P1 e P2], que mencionam:

*“[P1] hoje, é apenas para a associação; algumas vezes tiro coisas para consumo de casa; [P2], no momento é só para a associação. Às vezes faço doce de leite, e os vizinhos vêm comprar, e eu vendo porque preciso, se não, pode estragar”*.

Consequente, as respondentes [P3 e P4] sobressaem pelo volume e pela variedade dos itens que cultivam, evidenciando um caráter marcadamente voltado para a comercialização. Conforme relatos, descartaram que: *“produzimos açafrão, colorau, polvilho, farinha, doces, biscoito de polvilho e de trigo, tudo para venda na associação [...] às vezes vendo doce para fora, às vezes levo para a cidade para vender; geralmente sai bem; todo mundo gosta dos nossos doces, né, porque temos clientes que pedem sempre”*.

Para os autores Barreto e Ribeiro (2020), esse tipo de compreensão revela não apenas um amplo leque de produtos, mas também uma atuação que extrapola o espaço da associação, alcançando mercados externos e urbanos, o que denota um dinamismo produtivo significativo.

Em contraste, [P5] adota uma lógica mais restrita à subsistência familiar, como evidencia sua declaração: *“só para a agricultura e aqui para casa”*.

Portanto, no contexto geral, os relatos revelam diferentes níveis de organização e participação, o que pode confirmar que as mulheres agricultoras da AMA constroem sua atuação a partir de múltiplas dimensões do trabalho: produtiva, organizativa, formativa e relacional. Assim, reforçando a ideia de que o pertencimento à associação representa não apenas um espaço de fortalecimento econômico, mas também de reconhecimento identitário e apoio mútuo (Ramos; Vieira Filho, 2023).

#### 4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Nesta seção, buscou-se revelar a diversidade de produtos cultivados e processados pelas participantes da associação, bem como os diferentes níveis de envolvimento e desafios enfrentados no cotidiano da produção e comercialização. No primeiro questionamento, que buscou identificar os produtos produzidos por elas, notou-se uma ampla variedade entre alimentos *in natura* e processados. Segundo a participante [P1] revelou que em sua propriedade *“há produção de abóbora, milho, mandioca, hortaliças, cheiro-verde e alface, além da fabricação de biscoito de polvilho, as chamadas “petas”, cuja produção envolve etapas prévias como a fabricação da própria farinha e do polvilho”*.

Já a participante [P2], relatou algo semelhantes a anterior, ao destacar que: *“planto aqui em casa e levo para associação, couve, pimentão, cebolinha, mandioca, mamão e polpa de goiaba”, evidenciando uma integração entre cultivo doméstico e escoamento via associação”*.

Assim, a Figura 4, a seguir, exhibe alguns dos principais produtos atualmente cultivados nas propriedades das respondentes, sendo que parte deles também é manufaturado na própria associação.

**Figura 4:** Alguns dos principais produtos cultivados e manufaturados na AMA

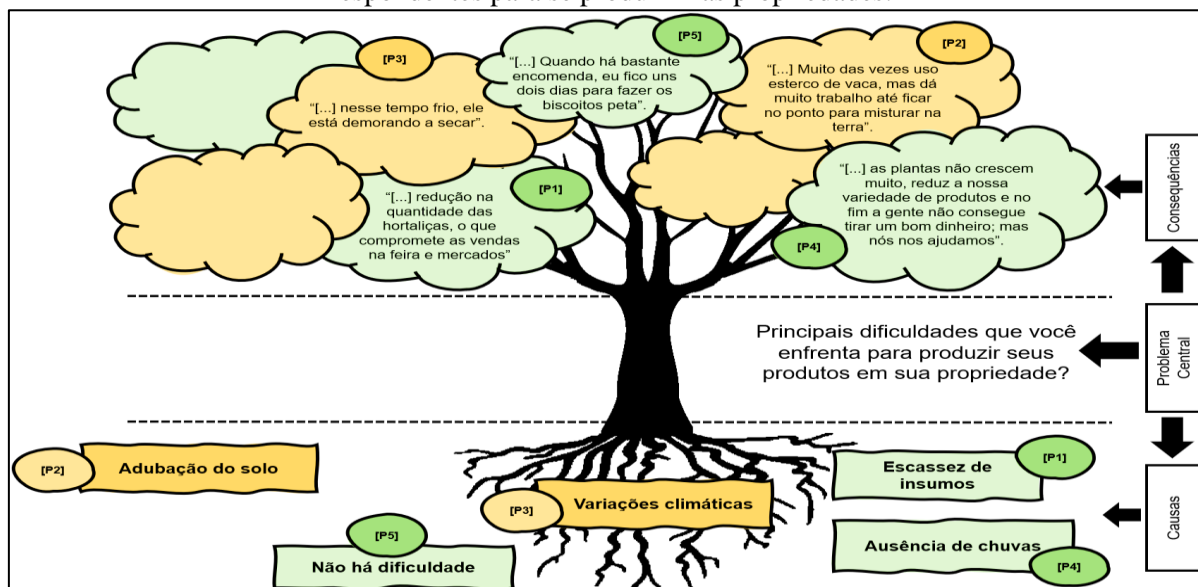


Fonte: Elaborado pelo autor/a (2025).

Entre os diálogos, observou-se que [P3] menciona que, em sua propriedade há uma

produção ampla e voltada ao beneficiamento; segundo ela, salienta que: “*sim, planto e produzo bastante coisa como açafrão, colorau, polvilho, farinha, doces, biscoito de polvilho e de trigo*”. Diferente de [P3], a respondente [P4] foi sucinta e focou em frutas e seus derivados: “*minha produção [é] natura: polpa de caju, limão, manga e acerola*”. Por fim, [P5] mencionou uma realidade semelhante as primeiras participantes e foi bem pragmático ao revelar que possui um foco único; segundo ela “*aqui só peta*”; *pra mim é a única que sai mais rápido e tem retorno pra gente*. No que se refere à segunda questão, que investigou as dificuldades de produção, as falas convergiram em torno de aspectos estruturais. Para expor as percepções desse grupo, optou-se, metodologicamente o uso do diagrama da árvore de problemas (Figura 5).

**Figura 5:** Diagrama da árvore de problemas (causa e efeito) sobre as dificuldades enfrentadas pelas respondentes para se produzir nas propriedades.



Fonte: Elaborado pelo autor/a (2025).

A Fig. 5 mostra que, na base da árvore (raízes), identificam-se as causas estruturais: adubação do solo deficiente [P2], escassez de insumos [P1], variações climáticas [P3] e ausência de chuvas [P4]. Esses fatores estão intimamente ligados à vulnerabilidade socioambiental da agricultura familiar, especialmente em contextos rurais com infraestrutura limitada, acesso precário a tecnologias e forte dependência das condições climáticas.

Nos galhos e folhas, são expostas as consequências observadas a partir dessas dificuldades. Dito isso, observa-se que as participantes em sua maioria possuem percepções semelhantes e convergentes, ou seja:

- i. [P1 e P2] mencionam, similarmente, a redução da produção devido à falta de insumos, o que compromete a oferta para feiras e mercados.



- ii. [P3 e P4] convergem ao destacar que a limitação hídrica afeta (emergências climáticas) o crescimento das plantas e reduz a diversidade de produtos, com impacto direto na renda.

Consequente, também foi abordado os desafios na venda dos produtos. Para as participantes [P1 e P2] sinalizaram que lidam bem com os desafios logísticas, ou seja, para ambas “*após a gente organizar os produtos em caixas e lotes, a entrega é realizada diretamente à Secretaria no campus da Universidade Federal de Rondonópolis, sem dificuldades*”. Já [P3, P4 e P5], por sua vez, trouxeram à tona um entrave preocupante; coletivamente, segundo elas:

“apesar de ter um caminhão que vem até a nossa porteira buscar os nossos produtos, temos problemas sérios para levar para a cidade. Tem meses do ano em que o caminhão não consegue entrar na nossa terra por causa da lama; se entra, atola. Aí, saímos levando as caixas e as sacolas de moto, duas, três por vez, até a entrada da propriedade, senão, ficamos no prejuízo. Então, muita chuva, falta de manutenção na estrada e na ponte são problemas sérios para a gente hoje” [narrativas de P1; P2 e P3].

Em relação aos desafios pautados sobre o deslocamento dos alimentos até os centros de comercialização, especialmente ao município de Rondonópolis-MT, pelas falas das participantes, é possível mencionar que as condições precárias de infraestrutura viária ainda representam um obstáculo relevante. A participante [P1] destacou que, “*durante o período chuvoso, as estradas ficam ruins a ponto de o caminhão não conseguir chegar à propriedade*”; ou seja, o que exige estratégias alternativas, como o transporte por motocicleta em múltiplas viagens. Essa situação demonstra a dependência crítica da infraestrutura rural para o escoamento da produção, aspecto frequentemente negligenciado em políticas públicas.

No caso da respondente [P2], relatou situação semelhante; embora em sua fala ressalte a qualidade do veículo disponibilizado, indicando que a limitação não está nos meios de transporte em si, mas na acessibilidade física às propriedades. A Figura 6, a seguir, ilustra as condições atuais de acesso a algumas das propriedades, evidenciando a preocupação dos participantes quanto ao deslocamento de alimentos.



**Figura 6:** Condições de acesso às propriedades rurais do lócus de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor/a (2025).

Em seguida, já [P3 e P4] relataram um cenário mais favorável, com coleta feita diretamente em suas residências, possivelmente em regiões com melhor acesso. E, por fim, [P5], por sua vez, exemplifica um modelo de apoio híbrido; isto é, sugerindo a importância das redes de apoio (principalmente familiares) como fator de mitigação dos entraves logísticos (Oliveira, 2020).

Por último, foi perguntado as respondentes sobre como operam a conservação da qualidade dos alimentos até o momento da venda. Observou-se que as falas foram amplamente positivas, ou seja, as participantes não relataram perdas significativas, o que pode ser atribuído a três fatores principais: (i) a logística de distribuição semanal, especialmente voltada às escolas, como mencionado por [P1]; (ii) a proximidade temporal entre a colheita e a entrega dos alimentos, como enfatizado por [P2]; e (iii) a natureza dos produtos, com destaque para alimentos congelados [P4] e produtos com longa durabilidade, como os biscoitos [P5], respectivamente.

Segundo Durigan (2013), mencionam que esses elementos demonstram que, apesar das fragilidades no transporte rural, a conservação pós-colheita e a qualidade dos alimentos estão sendo asseguradas por meio de estratégias adaptativas e pelo suporte institucional existente. Essa realidade reforça a relevância de políticas integradas que considerem tanto a infraestrutura física quanto os arranjos logísticos e sociais envolvidos na cadeia produtiva da agricultura familiar.

#### 4.4 ESTRATÉGIAS MITIGADORAS PARA ENFRENTAMENTO: GESTÃO DE RISCO E MELHORIAS

A seguir, revê-se as ações adotadas ou sugeridas pelas participantes da pesquisa como formas de enfrentar os desafios identificados ao longo da pesquisa (Quadro 1 a 5). Nota-se



que, em sua maioria, há evocações que se refere as iniciativas voltadas à organização coletiva, à melhoria da logística de transporte, ao acesso a políticas públicas (como PNAE e PAA), além de possíveis caminhos para fortalecer a gestão de risco e promover melhorias estruturais e produtivas.

**Quadro 1:** Percepções das participantes sobre o que a associação tem feito para melhorar o transporte e a venda dos produtos

Respostas das participantes da pesquisa				
[P1]	[P2]	[P3]	[P4]	[P5]
“[...] organizamos a entrega para um único dia na semana e usamos grupo no WhatsApp para comunicação”.	“[...] nos organizamos pelo grupo de WhatsApp para garantir que a entrega chegue certa.	“[...] moro longe, então a associação busca os produtos. Antigamente era difícil pela estrada. Hoje temos caminhão”.	“[...] compraram um caminhão refrigerado que busca na porta de casa”.	“[...] agora temos caminhão, está bem melhor. Antes tínhamos dificuldades, hoje não”.

Fonte: Elaborado pelo autor/a (2025).

Observa-se que as falas das participantes evidenciam avanços significativos em dois eixos principais: a organização logística interna e a melhoria da infraestrutura de escoamento.

Por um lado, [P1 e P2] destacam a coordenação entre as agricultoras por meio de grupos de *WhatsApp*, o que contribui para otimizar a logística das entregas e garantir a pontualidade nas coletas. Essa ação demonstra a importância da comunicação comunitária como ferramenta de gestão autônoma e colaborativa. Por outro lado, [P3, P4 e P5] ressaltam o impacto positivo da aquisição de um caminhão refrigerado, que ampliou o acesso das produtoras à associação e aos pontos de entrega, especialmente para aquelas que residem em áreas mais distantes e com infraestrutura viária precária.

Para Butto e Dantas (2011), a combinação de iniciativas coletivas de organização interna com investimentos em infraestrutura de transporte fortalece a autonomia produtiva das mulheres agricultoras e amplia a capacidade de inserção de seus produtos em circuitos institucionais de comercialização. Em seguida, o Quadro 2 traz à tona a percepção delas sobre a participação em programas como PNAE ou PAA.



**Quadro 2:** Percepções das participantes sobre a participação em programas como PNAE ou PAA tem ajudado? Como foi a experiência?

Respostas das participantes da pesquisa				
[P1]	[P2]	[P3]	[P4]	[P5]
“[...] sim, ajudou bastante. Dependemos desses programas. Vendemos com preço justo e sabemos o valor dos nossos produtos”.	“[...] sim, o PNAE tem ajudado bastante”.	“[...] sim, esse programa tem nos ajudado. Entrego meus produtos por ele”.	“[...] sim, fazemos parte do programa”.	“[...] sim, ajuda”.

Fonte: Elaborado pelo autor/a (2025).

Nota-se acima que [P1] destaca que a comercialização via programas institucionais garante preços justos e valorização dos produtos, o que favorece o empoderamento econômico das agricultoras. Todavia, [P2 e P3] reforçam essa percepção ao afirmarem que “o PNAE tem ajudado *“bastante”, inclusive no escoamento regular da produção*”. A resposta de [P3], ao mencionar a entrega de seus produtos por meio do programa, sugere que há logística estabelecida e rotinas produtivas organizadas em função dessa demanda. Por fim, tanto [P4], ao indicar que fazem parte do programa, quanto [P5], ao afirmar de forma direta que “ajuda”, consolidam o entendimento de que já dizia Paranaíba e Bulhões (2019), ou seja, a inclusão nos programas é vista de forma positiva por todas as entrevistadas. A seguir, é exposto o Quadro 3, narrativas sobre a percepção delas sobre a busca por apoio governamental.

**Quadro 3:** Percepções das participantes sobre a busca por apoio governamental ou participação em projetos (como acesso ao crédito): houve procura?

Respostas das participantes da pesquisa				
[P1]	[P2]	[P3]	[P4]	[P5]
“[...] já conseguimos financiamento pelo PRONAF para a associação. Hoje temos um caminhão”.	“[...] não gosto de financiar nada no meu nome”	“[...] sim. Recebi um forno do governo, por meio da associação, para assar meus biscoitos”.	“[...] participo da Agricultura da AMA. Com a DAP, podemos vender até R\$ 40 mil por ano e recebemos em cerca de 15 dias”.	“[...] não sei dizer”.

Fonte: Elaborado pelo autor/a (2025).

Observa-se que a participante [P1] ressalta um resultado concreto do financiamento, com a aquisição de um caminhão por meio do PRONAF, evidenciando um impacto positivo direto na estrutura logística da associação. A [P3] também relata uma experiência positiva, ao mencionar que recebeu um forno por meio da associação, o que contribuiu para fortalecer sua

produção de biscoitos.

Por outro lado, nota-se certas dificuldades; a participante [P2] demonstra resistência quanto ao uso de crédito, revelando uma dimensão subjetiva importante: “*o medo ou receio de contrair dívidas em nome próprio*”. Já a [P5] demonstra desconhecimento sobre o tema, enquanto [P4] apresenta um relato técnico e confiante sobre sua participação em programas como a AMA, indicando familiaridade com os trâmites e benefícios financeiros, como a regularidade dos pagamentos e o limite de venda anual.

No geral, é possível notar que há evidências barreiras subjetivas (medo de endividamento) e informativas (falta de conhecimento) que ainda precisam ser superadas para que todos possam usufruir desses instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar. Para Barreto e Ribeiro (2020), isso reforça a importância da capacitação técnica, da orientação sobre políticas públicas e do apoio contínuo às organizações coletivas. Além disso, também foi questionado se elas fazem uso das mídias sociais (Quadro 4).

**Quadro 4:** Percepções das participantes sobre o uso atual de redes sociais ou da internet pela associação para divulgar seus produtos?

Respostas das participantes da pesquisa				
[P1]	[P2]	[P3]	[P4]	[P5]
“[...] não divulgamos muito. Os produtos são voltados para entrega à Secretaria pelos projetos”.	“[...] não sei, só entrego meus produtos. Mas tiram fotos nas reuniões”.	“[...] como entregamos direto, não sei dizer”.	“[...] não sei, só faço a entrega”.	“[...] não sei”.

**Fonte:** Elaborado pelo autor/a (2025).

As narrativas expostas no Quadro 4 revelam que as participantes da pesquisa demonstram pouco conhecimento ou envolvimento com possíveis estratégias de divulgação dos produtos por meio das redes sociais ou da internet. A maioria das participantes afirma não saber se a associação utiliza esses meios para promover seus produtos [P2, P4, P5], enquanto outras indicam que a entrega é feita diretamente aos projetos institucionais, o que sugere um foco maior em parcerias formais do que em divulgação ampla [P1, P3].

No estudo desenvolvido por Salgado; Souza e Ferreira (2021), mencionam que falas como a da participante [P1] avigora esse direcionamento, isto é, que os produtos geralmente são voltados principalmente para entrega em algum órgão municipal, estadual ou federal, por meio de projetos, e não ao público em geral. Por fim, questionou-se as participantes se consideravam a possibilidade de melhorar o trabalho e, em caso afirmativo, de que forma isso

poderia ser feito (Quadro 5).

**Quadro 5** – Percepções das participantes sobre que tipo de ajuda vocês acham mais importante para melhorar o trabalho?

Respostas das participantes da pesquisa				
[P1]	[P2]	[P3]	[P4]	[P5]
“[...] somos bem organizadas. Acho que estamos bem”.	“[...] acho que somos bem organizados com as entregas”.	“[...] da minha parte está tudo certo”.	“[...] a associação é muito boa”.	“[...] para mim está tudo bem. O preço que vendo minhas petas é bom”.

**Fonte:** Elaborado pelo autor/a (2025).

Nota-se que pelas narrativas, indicam uma percepção predominantemente positiva em relação ao funcionamento atual da associação e ao próprio trabalho. Alguma das falas apontam para um sentimento de satisfação e autoconfiança na organização interna e nas entregas realizadas [P1, P2, P3]. Importante ressaltar a participante [P4], uma vez que também elogia a associação de forma geral, enquanto [P5] demonstra estar satisfeita com o retorno financeiro obtido com a venda dos produtos.

Por isso, importante ressaltar que nenhuma das participantes mencionou de forma direta uma necessidade urgente de ajuda externa ou de mudanças significativas no processo de trabalho, o que segundo Lima (2012), é possível que isso revele uma percepção de estabilidade ou até mesmo uma limitação na identificação de áreas passíveis de melhoria.

## 5 CONCLUSÕES

Portanto, conclui-se, com esta pesquisa, que o perfil sociodemográfico das participantes revela um grupo formado exclusivamente por mulheres com mais de 40 anos, de baixa escolaridade e alta carga familiar, devido cultura do trabalho doméstico. Essa composição reforça a existência de vulnerabilidades estruturais comuns entre mulheres rurais, mas também evidencia seu papel ativo e resistente na agricultura familiar. Além disso, a ausência de formação superior, a sobrecarga de tarefas reprodutivas e a inserção tardia ou forçada no território sinalizam desafios históricos de exclusão.

A caracterização do processo de trabalho revela que as agricultoras da AMA estão inseridas em uma dinâmica de múltiplas funções diárias, que inclui atividades agrícolas, manufatura de alimentos e funções organizativas. O vínculo duradouro com a associação e a participação em formações técnicas demonstram o engajamento com o trabalho coletivo e o interesse em aprimorar conhecimentos. A destinação da produção, voltada majoritariamente à comercialização, confirma o papel produtivo e econômico que essas mulheres exercem.

Nesse contexto, achados científicos revelaram que os principais desafios enfrentados pelas participantes estão relacionados a fatores estruturais, como a escassez de insumos, problemas climáticos e precariedade das estradas rurais. Esses entraves impactam diretamente a produção e o escoamento dos alimentos, exigindo soluções criativas, como o transporte por motocicleta em períodos críticos. Cabe então mencionar para a urgência de investimentos em infraestrutura rural, logística e assistência técnica contínua, a fim de garantir sustentabilidade e equidade no desenvolvimento da agricultura familiar.

Diante desse cenário, revelou-se também que as estratégias adotadas pelas participantes são predominantemente o uso de tecnologias acessíveis (como grupos de WhatsApp), acesso a políticas públicas (PNAE, PAA) e aquisição de infraestrutura (como o caminhão refrigerado) para impulsionar a AMA e garantir renda familiar. No entanto, ainda existem barreiras informacionais e subjetivas que dificultam o pleno acesso a linhas de crédito e apoio governamental; ou seja, ausência de iniciativas ligadas à divulgação em redes sociais indica uma lacuna na comunicação e na visibilidade dos produtos.

Por fim, em um contexto geral, as falas das participantes revelaram, portanto, um alto grau de satisfação com o funcionamento atual, o que pode tanto indicar estabilidade quanto uma resistência à mudança. Assim, finaliza-se esta pesquisa pontuando suas limitações; ou seja, realizá-la, para mim, foi um grande desafio, sobretudo por envolver dimensões subjetivas, culturais e sociais profundamente enraizadas no cotidiano dos sujeitos. Muitas vezes, as agricultoras não estavam habituadas a expressar suas opiniões de forma sistematizada, especialmente em contextos formais de pesquisa acadêmica.

No entanto, aprendi que a escuta da comunidade, principalmente no campo da Administração, precisa ser eficiente e sensível. Por isso, dessa experiência, extraio importantes aprendizados que estão me ajudando a me moldar como futuras investigações.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, de maneira especial, ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração (GEP@D) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), pelo apoio institucional e pelo incentivo contínuo ao desenvolvimento desta pesquisa. Estendemos também nossos agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Ambiental (PPgGTA/UFR), pelo incentivo à participação no evento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e o desafio da inovação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

ABRAMOVAY, R. **Um ‘bolo de noiva’ para celebrar a Semana do Meio Ambiente**. 04 jun. 2021. Disponível em: <https://ricardoabramovay.com/2021/06/um-bolo-de-noiva-para-celebrar-a-semana-do-meio-ambiente/> Acesso em: 05 mai. 2025.

ALMEIDA, I. C.; SÁ, I. B.; SANT’ANNA, B. M. O direito humano a uma alimentação digna: como a agricultura familiar e as hortas domésticas auxiliam nesse direito. **Dignidade Re-Vista**, v. 3, n. 6, p. 43-58, 2018. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/dignidaderevista/article/view/753> Acesso em: 05 mai. 2025.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. N. **Logística aplicada: suprimento e distribuição física**. Editora Blucher, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, R. C. P.; RIBEIRO, A. J. M. Logística no Brasil: uma análise do panorama dos modais rodoviários e ferroviários no cenário nacional demonstrando as vantagens e desvantagens das referidas modalidades. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 5, n. 3, p. 145-176, 2020. Disponível em: <https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/355> Acesso em: 05 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa Mais Alimentos**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/programa-mais-alimentos>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília-DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Programa Mais Alimentos**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/programa-mais-alimentos>. Acesso em: 03 mai. 2025.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Pronaf Mais Alimentos**. Rio de Janeiro: BNDES, 2025. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mais-alimentos>. Acesso em: 03 mai. 2025.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 22, p. 351-369, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982005000200011> Acesso em: 18 jul. 2025.



CORAZZA, G.; MARTINELLI JÚNIOR, O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Revista Teoria e Evidência Econômica (Passo Fundo)**, v. 10, n. 19, p. 9, 2002. Disponível em: [http://cepeac.upf.br/download/rev\\_n19\\_2002\\_art1.pdf](http://cepeac.upf.br/download/rev_n19_2002_art1.pdf) Acesso em: 19 mai. 2025.

DIAKIESE, M. A Importância da Criação do Centro de Distribuição (CD) Para a Otimização dos Processos Logísticos na Cadeia de Abastecimento da Mandioca no Município de Mbanza Kongo, Zaire. **Revista Academicus Magazine**, v. 1, n. 1, p. 26-42, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8187237> Acesso em: 19 mai. 2025.

DOTA, E. M. Desigualdades e migração: como elas se interrelacionam no contexto atual? **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 1, p. 60-80, 2012. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/2b7ea7c3a566b6a5bc2e977d021d5913bb257e54.pdf> Acesso em: 18 jul. 2025.

DURIGAN, J. F. Pós-colheita de frutas. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 35, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-29452013000200001> Acesso em: 18 jul. 2025.

FAULIN, E. J.; AZEVEDO, P. F de. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. **Informações Econômicas**, v. 33, n. 11, p. 24-37, 2003. Disponível em: <https://iea.agricultura.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2003/TEC3-NOV-2003.pdf> Acesso em: 05 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

KAWAKAMI, A. Y.; DE SOUZA, L. L.; QUIRINO, C. B. Compras Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Desenvolvimento da Agricultura Familiar e a democratização do alimento orgânico no Distrito Federal. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3707> Acesso em: 05 mai. 2025.

LEITE, M. L. S. **Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

LIMA, J. R. Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, espacialização da pobreza e resistência. **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 136-156, 2012. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/geonordeste/article/view/4378> Acesso em: 18 jul. 2025.

MATTEI, L.; HEINEN, L. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 1, 2022. p. 43-61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e8249243> Acesso em: 19 mai. 2025

MONTEIRO, E. P.; DOS SANTOS, M. A. S.; MARTINS, C. M.; BRABO, M. F.; DE



ARAÚJO, J. G.; LOPES, M. L. B. Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 13083-13108, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1880> Acesso em: 05 mai. 2025.

MORAES, T.; BATISTA, R. **POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: uma abordagem integrada com os ODS**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/> Acesso: 04 mai. 2025.

MOTTA, R. A.; SILVA, P. C. M. Desafios da mobilidade sustentável no Brasil. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP-Ano**, v. 34, p. 2º, 2012. Disponível em: [http://files-server.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/607CB071-A70E-4742-B8EE-A52C950E0608.pdf](http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/607CB071-A70E-4742-B8EE-A52C950E0608.pdf) Acesso em: 05 mai. 2025.

OLIVEIRA, R. Cooperativismo e agricultura familiar: uma abordagem prática. **Revista Brasileira de Gestão**, v. 18, n. 4, p. 112–130, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661> Acesso: 04 mai. 2025.

OLIVEIRA, R. **Seguro da Agricultura Familiar e Políticas Públicas**. Brasília-DF, Emater, 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals> Acesso em: 9 mar. 2025.

ONU-ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br> Acesso em: 05 mai. 2025.

ORIBE, C. Y. **Diagrama de Árvore: a ferramenta para os tempos atuais**. [online]. 2012.

PARANAÍBA, A.; BULHÕES, E. **Transportar é preciso: Uma análise liberal sobre os desafios dos transportes no Brasil**. LVM Editora, 2019.

RAMOS, É. B. T.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: Cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e052023, 2023. Disponível: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20230005> Acesso em: 03 mai. 2025.

RODRIGUES, F.; VIEIRA, M. Empreendedorismo feminino rural e redes de apoio comunitário. **Revista Estudos do Campo**, v. 8, n. 2, p. 55–72, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/358205636\\_Empreendedorismo\\_Rural\\_Feminino\\_Um\\_estudo\\_bibliometrico\\_para\\_o\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/358205636_Empreendedorismo_Rural_Feminino_Um_estudo_bibliometrico_para_o_Brasil) Acesso em: 05 mai. 2025.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**, p. 19-43, 2021. Disponível em: [https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/circuitos\\_curtos\\_2.pdf](https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf) Acesso em: 05 mai. 2025.

SANTOS, A. P. R.; RAMIRO, L. C. F.; VERONEZZI, F. Mulheres rurais e suas (re) existências. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 234-253, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p234> Acesso em: 19 mai. 2025.

SALGADO, R. J. dos S. F.; SOUZA, W. J. de; FERREIRA, M. A. M. Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. spe, p. e248030, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.248030> Acesso em: 18 jul. 2025.

SANTOS, L.; MARQUES, T. G. Análise do perfil e experiências de bolsistas de extensão no departamento de educação–DEDC XII/UNEB. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 11, n. 20, p. 215-237, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v11i20.13875> Acesso em: 18 jul. 2025.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. D.; SOUSA, A. A. D.; CERQUEIRA, G. F., CHAGAS, C. M. D. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v18n4/04.pdf> Acesso em: 05 mai. 2025.

SILVA, D. F.; RIBEIRO, M. L.; DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. As dificuldades de “passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos Gerais/MG. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 2, p. 240-261, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i2.288> Acesso em: 18 jul. 2025.

SOUSA, D. N.; DE JESUS, M. E. R.; GRISE. Contribuições da Agricultura Familiar para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis-TO, v. 7 e13837, 2022. Disponível em: <https://www.sidalc.net/search/Record/dig-alice-doc-1149775/Description> Acesso em: 05 mai. 2025.

VIEIRA, C. O papel das cooperativas rurais na sustentabilidade ambiental. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Rural**, v. 6, n. 1, p. 45–58, 2023. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187145> Acesso em: 19 mai. 2025.